

Projeto da Constituinte será enviado ao Congresso em março

Rio — Defensor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o ex-ministro Afonso Arinos está anunciando agora o envio ao Congresso Nacional, em março, dos resultados e amostragens finais do trabalho de pesquisa e informação que a Fundação Getúlio Vargas fez, sob sua coordenação, sobre a conveniência da convocação.

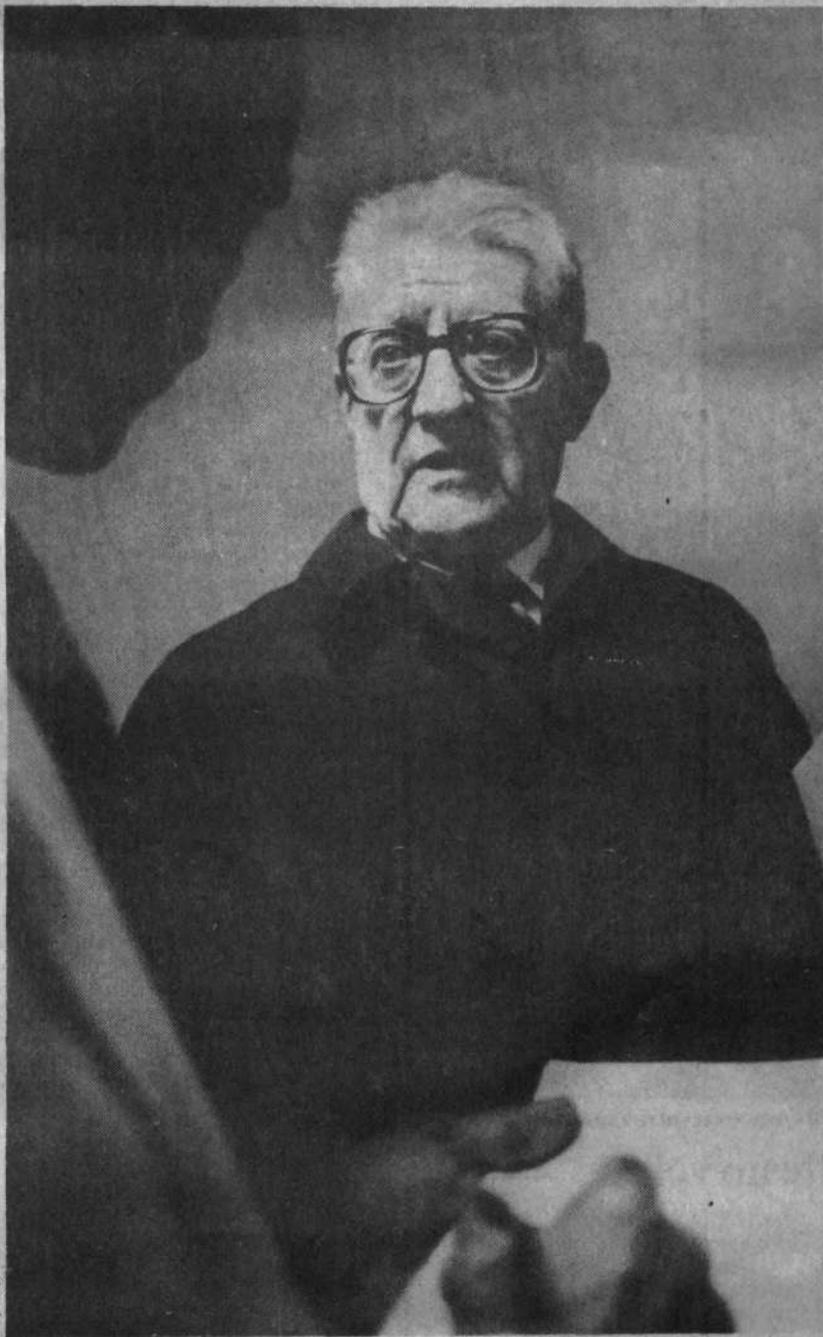
O trabalho já dura um ano e Arinos concorda, pessoalmente, que o presidente ou o Congresso elabore um projeto de Constituinte. Mas é essencial, esclarece, "que o Congresso disponha de todos os elementos para posicionar-se com absoluta segurança sobre a matéria".

Uma das idéias mestras que está alimentando esse trabalho é que os poderes constituintes seriam do Legislativo eleito em 15 de novembro próximo e não do atual. O ex-ministro sempre defende claramente o poder constituinte para os parlamentares eleitos no pleito deste ano para evitar qualquer especulação ou associação do seu trabalho com a idéia da prorrogação dos mandatos dos atuais membros do Congresso.

Cerca de 500 questionários foram distribuídos ao que ele chama grupos representativos da sociedade — empresários, políticos, militares, profissionais liberais, intelectuais, etc. — para conseguir-se colher uma opinião exata sobre tese da convocação da Constituinte.

Feita essa amostragem, Arinos diz que o trabalho será remetido aos congressistas, que assim poderão estudar com mais detalhes ainda a opinião nacional sobre o tema. Essa pesquisa final, junto à sociedade civil, é decisiva na análise que vai remeter ao Congresso. O trabalho inconcluso já é do conhecimento do deputado Magalhães Pinto, que, de posse dele, segundo explica Arinos, "poderá ter um auxílio em sua missão junto à classe política". Mas nem o ex-ministro e o parlamentar mineiro deram informações objetivas sobre o teor parcial do trabalho de pesquisa até aqui colhidas.

O senador Passarinho menciona sempre a Constituinte com um olho nos resultados de 82, decisivos, segundo ele, para que o projeto de redemocratização seja encaminhado até o final. A da Constituinte, é uma das três opções mais discutidas frente à absorção dos resultados eleitorais deste ano. As duas outras são a prorrogação ou a assimilação pura e simples dos resultados eleitorais venham como vierem.



Afonso Arinos não aceita associar seu trabalho com prorrogação

Ackel: só após as eleições

Sempre que pode, o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, relembra que dentro dos projetos governamentais depois das eleições está o de uma Constituinte, que ele, eufemisticamente, chama de ampla reforma constitucional, em um Congresso renovado e já congregado "correntes do pensamento político nacional banidos da vida pública até a anistia".

Dentro desse raciocínio, Abi-Ackel condenou ontem a tese da prorrogação como um verdadeiro "golpe" e garantiu que essa idéia não conta com nenhum apoio

governamental, principalmente diante do projeto político de Figueiredo, "tornando explícito a partir da proposta de realização de eleições diretas para governadores, reforma eleitoral e a própria campanha do PDS em todos os estados".

Rebatendo o deputado Jorge Arbage, que usa o argumento da necessidade de o país reformular sua Constituição para justificar a prorrogação Abi-Ackel confirma que esse projeto deverá ser proposto pelo governo, "a seu tempo", mas nunca antes de 83.